

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimentos às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

A Diretoria
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		8.522	11.992	Circulante		24.224	16.809
Disponibilidades	4	3.190	665	Depósitos		10.044	453
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.400	4.697	Depósitos à vista	10	2.670	407
Aplicações no mercado aberto	4	1.400	4.697	Depósitos a prazo	10	7.374	46
Títulos e valores mobiliários	6	1.580	3.144	Relações interdependências		-	2
Carteira própria		1.580	3.144	Recursos em trânsito de terceiros		-	2
Relações interfinanceiras		18	34	Outras obrigações		14.180	16.354
Depósitos no Banco Central		9	8	Obrigações fiscais e previdenciárias	11	42	45
Correspondentes		9	26	Diversas	12	14.138	16.309
Operações de crédito	7	-	32	Exigível a longo prazo		35	6.899
Setor privado		1	207	Depósitos	10	35	6.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(1)	(175)	Depósitos a prazo		35	6.899
Outros créditos		2.334	3.419	Patrimônio líquido		34.285	39.304
Diversos	9	2.334	3.419	Capital social	13	315.456	307.656
Outros valores e bens		-	1	De domiciliados no país		314.806	306.356
Despesas antecipadas		-	1	Aumento de capital em aprovação		650	1.300
Realizável a longo prazo		50.022	50.273	Prejuízos acumulados		(281.171)	(268.352)
Outros créditos		50.022	50.273				
Diversos	9	50.022	50.273				
Outros valores e bens		-	1				
Despesas antecipadas		-	1				
Permanente		-	747				
Investimentos		-	161				
Outros investimentos		-	161				
Imobilizado de uso		-	129				
Outras imobilizações de uso		-	1.466				
Depreciações acumuladas		-	(1.337)				
Intangível		-	457				
Outros ativos intangíveis		-	1.501				
Amortização acumulada		-	(1.044)				
Total do ativo		58.544	63.012	Total do passivo		58.544	63.012

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		1.439	2.577
Operações de crédito		1.302	1.818
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		137	759
Despesas da intermediação financeira		(239)	(805)
Operações de captação no mercado		(234)	(1.204)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5)	399
Resultado bruto da intermediação financeira		1.200	1.772
Outras receitas (despesas) operacionais		(7.538)	(7.329)
Receitas de prestação de serviços		1	1
Despesas de pessoal		(647)	(796)
Serviços de terceiros	15	(3.466)	(3.730)
Outras despesas administrativas	16	(2.039)	(2.034)
Despesas tributárias		(10)	(1)
Outras receitas operacionais	17	236	481
Outras despesas operacionais	17	(1.613)	(1.250)
Resultado operacional		(6.338)	(5.557)
Resultado não operacional	18	(515)	155
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(6.853)	(5.402)
Imposto de renda e contribuição social		-	3.356
Ativo fiscal diferido		-	3.356
Prejuízo do semestre		(6.853)	(2.046)
Prejuízo por ação do capital social - R\$		(0,0006)	(0,0002)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

	2018	2017
	Primeiro Semestre	Primeiro Semestre
Atividades operacionais		
Prejuízo líquido do semestre	(6.853)	(2.046)
Ajustes ao lucro		
Resultado líquido com marcação a mercado	-	(89)
Provisão (reversão de provisão) para créditos de liquidação duvidosa	5	(399)
(Constituição) Reversão/baixa de impostos (Reversão) de provisão para perdas com bens não de uso próprio	527	(3.356)
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio	(165)	(639)
Depreciações e amortizações	171	480
Variações monetárias ativas	69	129
Provisão para contingências	(58)	(98)
Variáveis de ativos e obrigações	644	1.035
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(49)	4.540
(Aumento) Redução de relações interfinanceiras	(10)	235
(Aumento) Redução de operações de crédito	(5)	774
Redução de outros créditos	503	2.356
Redução de outros valores e bens	-	4
(Redução) de outras obrigações	(1.839)	(2.148)
Caixa líquido proveniente de (aplicado) em atividades operacionais	(7.014)	778
Atividades de investimentos		
Alienação de bens não de uso próprio	72	191
Aquisição de bens não de uso próprio	(79)	(33)
Alienação/baixa investimentos, imobilizado de uso e intangível	505	-
Caixa líquido proveniente de atividades de investimentos	498	158
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	2.540	(23.114)
Redução em relações interdependências	(2)	(2)
Aumento de capital	3.900	20.240
Caixa líquido proveniente (aplicado) em atividades de financiamento	6.438	(2.876)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(78)	(1.940)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	4.668	7.302
No fim do semestre	4.590	5.362
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(78)	(1.940)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

	Capital social realizado	Aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	287.416	-	(266.306)	21.110
Aumento de capital conforme AGE de 24 de fevereiro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 30.03.2017	16.340	-	-	16.340
Aumento de capital conforme AGE de 28 de abril de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 05.06.2017	1.300	-	-	1.300
Aumento de capital conforme AGE de 31 de maio de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 21.06.2017	1.300	-	-	1.300
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 27.07.2017	-	1.300	-	1.300
Prejuízo do semestre	-	-	(2.046)	(2.046)
Saldos em 30 de junho de 2017	306.356	1.300	(268.352)	39.304
Mutações do semestre	18.940	1.300	(2.046)	18.194
Saldos em 31 de dezembro de 2017	310.256	1.300	(274.318)	37.238
Aumento de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 02.01.2018	650	(650)	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 28 de dezembro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 23.01.2018	650	(650)	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 31 de janeiro de 2018 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 16.02.2018	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 28 de fevereiro de 2018 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20.03.2018	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 28 de março de 2018 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20.04.2018	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 30 de abril de 2018 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 09.05.2018	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 30 de maio de 2018 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 27.06.2018	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 29 de junho de 2018 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 09.08.2018	-	650	-	650
Prejuízo do semestre	-	-	(6.853)	(6.853)
Saldos em 30 de junho de 2018	314.806	650	(281.171)	34.285
Mutações do semestre	4.550	(650)	(6.853)	(2.953)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional: O Banco Ficsa S.A. ("Banco") está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Não obstante, desde 05 de janeiro de 2013, os Acionistas e Administradores do Banco, deliberaram pela suspensão de novas operações de crédito relativas ao segmento de mercado em que sempre atuou. Neste momento, os Acionistas e Administradores do Banco, estão dedicados na administração da carteira remanescente e dos recursos próprios, com o propósito de desalavancar a estrutura do Banco. Para tanto, o Banco liquidou antecipadamente fundos em direitos creditórios, recomprou todas as carteira cedidas com cláusula de coobrigação e realizou cessões dos respectivos créditos recomprados sem retenção de riscos e benefícios. Com a efetivação da desalavancagem operacional e com o enquadramento do Patrimônio Mínimo Exigido para as instituições financeiras e após uma redução expressiva dos aportes mensais programados no semestre anterior, os acionistas e administradores protocolaram junto ao Banco Central do Brasil uma nova programação de aportes mensais objetivando a manutenção das exigências regulatórias.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 04 de setembro de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis:

a) Auração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos às variações monetárias ou cambiais são atualizados até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/08 que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de caixa, conta corrente em bancos (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial) e aplicações interfinanceiras de liquidez, imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil (BACEN), os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades de exposição global de riscos. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge* econômico).

e) Operações de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD): As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (sem risco) e H (risco máximo), incluindo a prerrogativa de que trata o parágrafo 2º, do inciso II, do artigo 4º da referida Resolução (contagem em dobro das operações com prazo a decorrer superiores a 36 meses). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente, de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) leva em conta as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central

do Brasil (BACEN), associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas decorrentes de inadimplências da carteira de operações de crédito como um todo.

f) Crédito presumido: Constituído de acordo com a Lei nº 12.838/13, apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, concomitante com prejuízos fiscais no ano-calendário anterior.

g) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas "pro rata dia" e provisão para perdas, quando julgado necessário.

h) Investimentos: Os investimentos estão avaliados ao custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado de uso: Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: instalações 10%, móveis e utensílios 10%, equipamentos de comunicação 10% e equipamentos de processamento de dados 20% ao ano.

j) Intangível: Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Em 30 de junho de 2018 e 2017 o ativo intangível está composto por softwares registrados ao custo, deduzido de amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano).

k) Depósitos a prazo: Os depósitos a prazo estão registrados sobre seus valores contratuais acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

l) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 20%.

m) Passivos circulantes e exigível a longo prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) descritos a seguir:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

—☆ continuação

baseado na opinião de Assessores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Assessores Jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; • **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** considera as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado, mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades	3.190	665
Aplicações interfin. de liquidez (operações compromissadas)	<u>1.400</u>	<u>4.697</u>
Total	<u>4.590</u>	<u>5.362</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está assim representada:

	2018	2017
Aplicações em operações compromissadas	<u>1.400</u>	<u>4.697</u>
Posição bancada:	1.400	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	4.697
Total de aplicações em operações compromissadas	<u>1.400</u>	<u>4.697</u>

6. Títulos e valores mobiliários: Em 30 de junho de 2018 e 2017, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, estavam classificados como Títulos para Negociação, de acordo com a intenção da Administração em conformidade com a Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), assim compostos:

	2018	2017	Valor de mercado	Valor contábil
Carteira própria				
Cotas de Fundos de Investimento (a)	-	-	1.673	1.673
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	<u>1.580</u>	<u>1.580</u>	<u>1.471</u>	<u>1.471</u>
	1.580	1.580	3.144	3.144

Os títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2018 e 2017 encontram-se livres de vinculação, sendo o valor de mercado apurado, quando aplicável, de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. No caso das aplicações em fundos de investimento de acordo com o valor da cota dos fundos divulgada pelos Administradores. (a) Em 30 de junho de 2017 as cotas de fundo estavam representadas por Cotas de Fundo de Investimento Multimercado no montante de R\$ 1.673.

7. Operações de crédito:

a) Diversificação por produto:	2018	2017
Sector privado:		
Financiamentos	-	156
Crédito direto ao consumidor	<u>1</u>	<u>51</u>

Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1)</u>	<u>(175)</u>
Total Líquido da Carteira	<u>-</u>	<u>32</u>

Parcela a curto prazo

Estão representadas por empréstimos (crédito direto ao consumidor) e financiamentos ao sector privado, cujas garantias são fidejussórias e alienação fiduciária, atualizadas em conformidade com as condições contratuais (prefixadas).	-	32
---	---	----

b) Diversificação por prazo:

Sector privado	2018	2017
Vencidas até 60 dias	-	3
Vencidas de 61 a 180 dias	-	4
Vencidas de 181 a 360 dias	1	168
A vencer até 180 dias	-	32

Total antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	<u>1</u>	<u>207</u>
--	----------	------------

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):

8.1. Movimentação da PCLD (Ativo): A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi a seguinte:

	2018	2017
Saldos iniciais nos períodos	4	1.407
Baixas para prejuízo	(8)	(833)
Provisão constituída	<u>5</u>	<u>(399)</u>
Saldos finais nos períodos	<u>1</u>	<u>175</u>
Parcela a curto prazo	1	175
Créditos recuperados no período	1.302	1.757

8.2. Movimentação da PCLD (Resultado): A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é composta unicamente sobre a carteira de crédito, sendo reversão de R\$ 5 em 2018 e provisão de R\$ 399 em 2017.

8.3. Composição da PCLD por nível de risco: A composição da carteira de operações de crédito nos correspondentes níveis de risco é a seguinte:

Níveis de risco	Percentual de provisão	Valor da carteira 2018	2017	Provisões 2018	2017
A	0,50%	-	25	-	-
B	1,00%	-	-	-	-
C	3,00%	-	3	-	-
D	10,00%	-	3	-	-
E	30,00%	-	-	-	-
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>(1)</u>	<u>(175)</u>
H	100,00%	<u>1</u>	<u>207</u>	<u>(1)</u>	<u>(175)</u>

9. Outros créditos - diversos:

	2018	2017
Devedores por depósitos em garantia (nota 9.2)	11.110	11.890
Créditos Presumido - Lei 12.838/2013 (nota 9.3)	39.441	39.441
Pagamentos a ressarcir (nota 9.4)	368	355
Devedores diversos país	1.250	1.299
Impostos e Contribuições a compensar	-	524
Adiantamentos a fornecedores	164	162
Outros	23	21
Total	<u>52.356</u>	<u>53.692</u>
Parcela curto prazo	<u>2.334</u>	<u>3.419</u>
Parcela longo prazo	<u>50.022</u>	<u>50.273</u>

9.1. Créditos tributários: Diante da decisão dos Acionistas e Administradores pela suspensão definitiva de novas operações de crédito, citada na Nota Explicativa nº 1, o crédito tributário registrado em 30 de junho de 2014 foi totalmente revertido. Em 30 de junho de 2018 e 2017 o valor dos créditos tributários não ativados estão assim compostos:

	2018	2017
Sobre diferenças temporárias		
Imposto de renda	10.520	10.497
Contribuição social	8.416	8.831
Prejuízo fiscal	71.869	70.536
Base negativa da contribuição social	<u>57.495</u>	<u>56.429</u>
Total	<u>148.300</u>	<u>146.293</u>

9.2. Devedores por depósitos em garantia:

	2018	2017
Para interposição de recursos fiscais (a)	9.088	8.974
Para interposição de recursos trabalhistas	897	1.412
Outros	1.125	1.504
Total	<u>11.110</u>	<u>11.890</u>
Parcela a curto prazo	<u>897</u>	<u>1.412</u>
Parcela a longo prazo	<u>10.213</u>	<u>10.478</u>

(a) Valor correspondente ao depósito judicial que visava a suspensão da

exigibilidade do IRPJ e de CSLL. Em função da adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Tributários instituído pela Lei nº 11.941/09, aguarda-se a vinculação dos depósitos para quitação dos valores devidos (Nota Explicativa nº 12) e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos.

9.3. Crédito presumido: O Banco possui crédito presumido de acordo com as premissas incluídas na Lei nº 12.838/13. Estes créditos serão objeto de pedido de ressarcimento e estarão sujeitos à verificação de sua exatidão junto a Fazenda Nacional. No primeiro semestre de 2018 não houve constituição de novo crédito e em 2017, o montante de crédito presumido apurado foi de R\$ 3.355 totalizando o montante de R\$ 39.441.

9.4. Pagamentos a ressarcir:

	2018	2017
Adicional de imposto de renda estadual - AIRE	<u>368</u>	<u>355</u>

10. Depósitos: Composição por vencimento:

	2018	2017
Depósitos à vista		
Sem vencimento	2.670	-
De 31 a 60 dias	-	6
De 91 a 180 dias	-	3
De 181 a 365 dias	-	7.374
Até 365 dias	<u>2.670</u>	<u>7.374</u>
Acima de 365 dias	-	35
Total	<u>2.670</u>	<u>7.409</u>

11. Outras obrigações - obrigações fiscais e previdenciárias:

O montante correspondente às obrigações fiscais e previdenciárias em 30 de junho de 2018 está representado por impostos a recolher no montante de R\$ 42 (R\$ 45 em 2017).

12. Outras obrigações - diversas:

	2018	2017
Cheque Administrativo	-	22
Provisão para Contingências - Imposto de Renda (12.a)	3.010	3.010
Provisão para Contingências - Contribuição Social (12.a)	1.820	1.820
Provisão para Contingências - Cíveis e Trabalhistas (12.b)	8.660	10.791
Provisão para pagamentos a efetuar	602	493
Credores diversos - País	46	173
Total	<u>14.138</u>	<u>16.309</u>

Parcela a curto prazo

(a) Provisão para riscos fiscais, Imposto de Renda e Contribuição Social: relativamente aos exercícios de 1997, 1999, 2000 e 2001, é pleiteado pelo Banco o direito de continuar deduzindo o valor correspondente à Contribuição Social de sua própria base e da base de cálculo do Imposto de Renda, sem as restrições impostas pela Lei nº 9.316/96. Conforme mencionado na Nota Explicativa 9.2, com a adesão por parte do Banco, ao programa de parcelamento de débitos tributários instituído pela Lei nº 11.941/09, aguardamos a vinculação dos depósitos judiciais atrelados aos processos para quitação dos valores devidos. As provisões registradas na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias", correspondentes a provisões para riscos fiscais foram reclassificadas de acordo com a Carta Circular nº 3.782 de 2016 no grupo "Outras obrigações - diversas".

(b) A provisão para contingências foi constituída segundo julgamento da Administração do Banco e com base na opinião de seus consultores legais, em montante considerado adequado à cobertura de eventuais perdas. Essa provisão é reavaliada periodicamente, dentre as quais se destacam: • **Provisão trabalhista:** são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos noventa meses para as ações sem depósito judicial e no valor dos depósitos judiciais registrados nos demais casos. Em 30 de junho de 2018 o montante destacado para provisão para contingências trabalhistas é de R\$ 1.743 (R\$ 2.368 em 2017); • **Provisão para ações de perdas e danos:** são ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, atreladas à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões relacionadas às operações de crédito. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. A provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos noventa meses para as ações sem depósitos judiciais e no valor dos depósitos judiciais registrados nos demais casos. Em 30 de junho de 2018 o montante destacado como provisão para contingências cíveis referente ações de perdas e danos é de R\$ 6.917 (R\$ 8.423 em 2017). A movimentação das provisões e reversões constituídas no primeiro semestre de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	Ações trabalhistas	Ações cíveis	Total 2018
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.082	7.631	9.713
Complemento de provisão	-	771	771
Reversão de provisão	(124)	(3)	(128)
Pagamentos	<u>(215)</u>	<u>(1.482)</u>	<u>(1.696)</u>
Saldos em 30 de Junho de 2018	<u>1.743</u>	<u>6.917</u>	<u>8.660</u>

	Ações trabalhistas	Ações cíveis	Total 2017
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.582	8.715	11.297
Complemento de provisão	389	828	1.217
Reversão de provisão	(54)	(129)	(183)
Pagamentos	<u>(549)</u>	<u>(991)</u>	<u>(1.540)</u>
Saldos em 30 de Junho de 2017	<u>2.368</u>	<u>8.423</u>	<u>10.791</u>

13. Patrimônio líquido: O capital social, em 30 de junho de 2018 e 2017 está representado por 11.134.646.898 e 9.042.743.732 ações ordinárias sem valor nominal respectivamente. Foram realizadas as seguintes Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre os seguintes aumentos de capital: • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 31 de julho de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 307.656 para R\$ 308.306 com emissão de 149.549.084 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.192.292.816 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 24 de agosto de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 31 de agosto de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 308.306 para R\$ 308.956 com emissão de 154.308.277 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.346.601.093 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 22 de setembro de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 29 de setembro de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 308.956 para R\$ 309.606 com emissão de 158.600.367 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.505.201.460 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 25 de outubro de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 31 de outubro de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 309.606 para R\$ 310.256 com emissão de 161.710.317 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.666.911.777 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 28 de novembro de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 30 de novembro de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 310.256 para R\$ 310.906 com emissão de 165.863.626 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.832.775.403 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 02 de janeiro de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 28 de dezembro de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 310.906 para R\$ 311.556 com emissão de 171.972.650 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 10.004.748.053 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 23 de janeiro de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 31 de janeiro de 2018

que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 311.556 para R\$ 312.206 com emissão de 174.635.275 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 10.179.383.328 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 16 de fevereiro de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 28 de fevereiro de 2018 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 312.206 para R\$ 312.856 com emissão de 178.341.745 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 10.357.725.073 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 20 de março de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 28 de março de 2018 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 312.856 para R\$ 313.506 com emissão de 184.871.851 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 10.542.596.924 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 20 de abril de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 30 de abril de 2018 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 313.506 para R\$ 314.156 com emissão de 189.354.791 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 10.731.951.715 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 09 de maio de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 30 de maio de 2018 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 314.156 para R\$ 314.806 com emissão de 198.255.243 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 10.930.206.958 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 27 de junho de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 30 de junho de 2018 que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 314.806 para R\$ 315.456 com emissão de 204.439.940

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

☆ continuação

18. Resultado não operacional: O resultado não operacional em 30 de junho de 2018 e de 2017 refere-se a:

	2018	2017
Prejuízo na alienação de valores e bens	(680)	(484)
Outras receitas não operacionais	165	639
	(515)	155

19. Limites operacionais: Os principais indicadores dos limites operacionais do Banco são os seguintes:

Limites operacionais	Exigência	Situação	Margem (%)
a) Patrimônio líquido (*)	24.500	34.285	(39,94)
b) Capital realizado mínimo	24.500	314.806	(1184,92)

Limites operacionais	Limite	Situação	Margem (%)
c) Índice de imobilização	16.917	-	0,0

No decorrer do exercício de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia ao sistema bancário mundial referindo-se aos requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste conjunto de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações. O Banco, atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares nºs 3.634/13 a 3.639/13, 3.641/13 e 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional. O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital a serem observados.

Basileia III (A)	Jun/18	Jun/17
Patrimônio de referência Nível I	34.935	36.341
Capital Principal	34.935	36.341
Patrimônio Líquido	34.285	39.304
Ajustes Prudenciais (B)	-	(363)
Aumento de capital em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) (D)	650	(2.600)
Patrimônio de referência - PR	34.935	36.341
Ativo ponderado pelo risco - RWA (C)	1.043	3.085
Risco de Crédito	1.030	2.824
Risco de Mercado	-	1
Risco Operacional	13	260
RBAN	-	-
Índice da Basileia - % (D)	318,42%	108,94%
Índice da Basileia Amplo (inclui RBAN) - % (D)	318,38%	108,94%

(A) A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN); (B) Critérios utilizados, a partir de outubro de 2013, de acordo com a Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN); (C) Para efeito de comparabilidade, ajustamos a "Alocação de capital mínimo exigido" do período anterior, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco - RWA". (D) Para fins de patrimônio de referência os valores relativos aos aumentos de capital em fase de homologação junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) passaram a ser desconsiderados na apuração do patrimônio de referência nível I a partir de outubro de 2013.

20. Gestão de riscos: As informações detalhadas de gestão de riscos do Banco Ficsa, encontram-se disponibilizadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos no site do Banco (www.ficsa.com.br), de acordo com as Circulares nº 3.477/09 (até setembro de 2013) e nº 3.678/13 (a partir de outubro de 2013) do Banco Central do Brasil (BACEN): **Risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a variação nos valores dos ativos e passivos, causadas por mudanças em preços e taxas de mercado (como juros, ações, cotações de moedas e preços de commodities), e também de mudanças na correlação (interação) entre eles e em suas volatilidades. As principais ferramentas e medidas para gerenciamento desse risco, utilizadas pelo Banco, são o VaR (*ValueatRisk*) paramétrico com distribuição normal, que é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima do valor da carteira do banco em condições normais de mercado dentro de uma determinada circunstância (horizonte de tempo), e o cálculo de perdas em cenário de estresse (VaR estresse) que determina os efeitos de condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas) no valor do portfólio do Banco. **Risco de liquidez:** Possibilidade da instituição não ser capaz de honrar, eficientemente, suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O Banco apresenta modelos, metodologias e estratégias para monitorar o risco de liquidez. **Risco de crédito:** É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas

ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O processo decisório de gerenciamento e controle do risco de crédito, orientado pelas melhores práticas do mercado, tem permitido ao Banco utilizar-se de metodologias baseadas em modelagem científica para análise de riscos. O capital econômico alocado do portfólio para cobertura do risco de crédito é determinado por modelos estatísticos, levando em consideração a qualidade e a concentração na carteira, além da classificação de crédito dos clientes que a compõem. **Risco operacional:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Neste sentido, inclui o risco legal, que é associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Em relação a parcela de alocação de capital para o risco operacional, o Banco Ficsa utiliza-se do modelo padronizado alternativo, segundo a Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil (BACEN).

21. Gerenciamento de capital: As instituições financeiras devem adotar procedimentos relacionados com o monitoramento e controle do capital, com a avaliação da necessidade de capital e planejamento de metas para fazer face aos seus riscos e aos objetivos estratégicos da instituição segundo determina a Resolução nº 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco Ficsa avalia o nível de adequação de seu capital a partir de duas perspectivas: 1) a gestão da taxa de adequação de capital com base nas regras de Basileia II, para cada um dos riscos (crédito, mercado e operacional); e 2) a gestão global dos riscos. Faz parte também da política de gestão de capital do Banco Ficsa o adequado armazenamento de informações referentes ao processo de gestão de capital, de forma a suportar a administração, rastrear o histórico do processo e de seus resultados.

22. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes que requeirerem ajuste ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

A DIRETORIA
Valéria I. Rodrigues Uccella - Contadora - CRC 1SP 195657/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Ficsa S.A.
 São Paulo - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Ficsa S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos significativos dos assuntos comentados no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ficsa S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Chamamos à atenção ao assunto descrito na Nota Explicativa nº 1, informando que o Banco se encontra, por decisão dos Acionistas e Administradores, em processo de desativação substancial de suas atividades bancárias desde janeiro de 2013. Neste cenário o Banco apresenta prejuízos acumulados e excesso do passivo circulante em relação ao ativo circulante. Conforme apresentado naquela Nota Explicativa, há eventos em andamento para manutenção operacional do Banco, as atuais atividades do Banco contemplam tão somente a Administração da carteira de crédito remanescente, de difícil recuperação, de seus recursos próprios e das contingências cíveis e trabalhistas. Para fazer face aos custos operacionais foram realizados aportes de capital dos acionistas, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13. O equilíbrio patrimonial e os limites operacionais requeridos pelo Banco Central do Brasil, conforme mencionado na Nota nº 19, concentram-se na manutenção de créditos presumidos no montante de R\$ 39.441 mil em 30 de junho de 2018, e até a data de emissão deste relatório não temos evidências suficientes quanto a sua realização, visto que não nos foram apresentados documentos e/ou processo de solicitação de ressarcimento, conforme premissas da Lei nº 12.838/13, bem como aprovação da Fazenda Nacional. Os acionistas e administradores protocolaram em 7 de julho de 2017, junto ao Banco Central do Brasil, um pleito de redução de aportes mensais para continuidade do enquadramento do patrimônio líquido mínimo exigido. Neste documento encontra-se um novo fluxo de capitalizações para custeio bem como cronograma de possível processo de alienação do controle societário. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade do Banco, de não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência apropriada e suficiente de auditoria para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases: Parte relacionada: Conforme Nota Explicativa nº 14, o Banco possui operações de depósito a prazo com parte relacionada no montante de R\$ 7.349 mil. Tais operações foram realizadas em condições de comutatividade de mercado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior:** Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, apresentados para fins comparativos, foram por nós auditados onde emitimos relatório com modificação em 06 de setembro de 2017, contendo ressalva sobre o mesmo assunto descrito acima e ênfase relacionada as transações com partes relacionadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de setembro de 2018

BDO RCS
 Auditores Independentes SS
 CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
 Contador - CRC 1 SP 120458/O-6